



SIMULADO FINAL

CGE SP

**Auditor Estadual De Controle -
Especialidade Correição E Combate À Corrupção
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Correição e Combate a Corrupção**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Ugg7AnvidEura2WA8>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Rr42>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. Assinale a opção gramaticalmente correta.

- a) Ele estava quase desistindo do concurso quando recebeu uma boa notícia.
- b) O livro trata de questões bastante interessantes para o leitor iniciante.
- c) Fizemos um abaixo-assinado afim de mudar as regras do edital.
- d) Ele ficou entre eu e você durante a reunião.
- e) Não houve menas reclamações do que no ano passado.

2. Na frase: “O diretor informou ao gerente que ele deveria revisar o relatório”, a ambiguidade ocorre em função

- a) da presença de um termo homônimo.
- b) da polissemia do verbo “informar”.
- c) da imprecisão do referente pronominal.
- d) da elipse do sujeito da oração principal.
- e) da generalidade semântica do complemento verbal.

3. Sobre a construção frasal “Se chover, o evento será adiado”, avalie as sentenças a seguir:

- I. A oração introduzida por “se” expressa condição.
- II. A inversão da ordem (“O evento será adiado se chover”) não altera o sentido original.
- III. A vírgula é obrigatória na construção apresentada em II.
- IV. O conectivo “se” poderia ser substituído, sem alteração estrutural, por “caso”.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.

b) I, II e IV, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

4. Na linguagem sociológica e discursiva, fala-se em reificação quando um grupo humano é tratado como objeto, massa amorfa ou entidade desprovida de subjetividade e agência.

Assinale a frase em que ocorre essa estratégia.

- a) A multidão de torcedores comemorou a vitória até tarde.
- b) O exército de pesquisadores analisou os dados estatísticos.
- c) A tropa de voluntários ajudou no resgate das vítimas.
- d) A engrenagem dos consumidores movimenta a economia moderna.
- e) O conjunto de estudantes elaborou um relatório coletivo.

5. Entre as frases, assinale aquela em que há emprego inadequado das expressões “ao encontro de” e “de encontro a”.

- a) As novas diretrizes pedagógicas vão ao encontro das propostas defendidas pela comunidade escolar.
- b) A forte rajada de vento lançou o galho de encontro ao muro antigo.
- c) O posicionamento da comissão foi de encontro aos interesses do grupo que buscava mudança.
- d) O diplomata esforçou-se para que o acordo fosse ao encontro das demandas internacionais.
- e) As decisões tomadas pela diretoria foram ao encontro dos resultados positivos apresentados, o que agravou o quadro.

6. Assinale a frase que apresenta o uso incorreto do acento indicativo de crase.

- a) Assim que retornou à fazenda, encontrou a família reunida para o jantar.
- b) O mensageiro dirigiu-se respeitosamente à senhora que o aguardava.
- c) A comitiva partiu à noite, evitando a forte insolação do deserto.
- d) As propostas apresentadas não agradaram à nenhum dos conselheiros presentes.
- e) A disputa levou muitos jovens à exaustão, tamanha era a dureza das provas.

7. Analise o uso do “se” em cada caso e assinale a opção em que ele funciona como índice de indeterminação do sujeito.

- a) Não se encontrou solução imediata para o impasse.
- b) Admira-se quem não conhece o esforço daqueles homens.
- c) À distância, se percebia uma névoa fina subindo pelo vale.
- d) As tropas se dispersaram quando cessou o ataque.
- e) Falava-se dos acontecimentos com grande ansiedade.

8. Em diversos cursos profissionalizantes, os alunos participam de atividades práticas, como oficinas de eletrônica, laboratórios de informática e projetos de robótica. Além disso, muitas instituições incentivam práticas sociais, como visitas a instituições de acolhimento e campanhas de doação.

É correto afirmar que, nas duas ocorrências, a conjunção destacada atua como elemento de

- a) consequência.
- b) oposição.
- c) exemplificação.
- d) finalidade.
- e) conformidade.

9. Assinale a opção em que a retirada do artigo implica alteração de sentido na frase.

- a) Ele permaneceu acordado todo o dia, aguardando notícias do exame.
- b) Encontramos o nosso antigo professor diante da escola.
- c) O diretor explicou novamente os procedimentos aos pais.
- d) Visitamos a Argentina no período das férias.
- e) Chamaram o Pedro para esclarecer a situação.

10. Assinale a opção a seguir em que o termo introduzido pela preposição DE apresenta um valor de causa.

- a) Os convidados riram de alegria ao ver a surpresa preparada.
- b) A mesa foi ornamentada com tecidos de renda.
- c) O aluno respondeu de memória às perguntas do professor.
- d) Eles conversaram longamente de trabalho.
- e) A carta foi redigida de forma objetiva.

11. Observe o seguinte texto publicitário:

Quem aprecia verdadeiramente o bom gosto escolhe cafés premium. Faça parte desse grupo seletivo!

O processo de convencimento dos consumidores, nesse caso, é o da:

- a) intimidação pela vergonha.
- b) intimidação pelo medo.
- c) apelação para a vaidade.
- d) apelo a alguma vantagem financeira.
- e) apelo a um sentimento de urgência.

12. Observe o seguinte texto:

“Muitos professores defendem que o ensino presencial favorece a interação social; outros, no entanto, argumentam que o ensino a distância amplia o acesso e a flexibilidade.”

Nesse caso,

- a) o argumentador apresenta sua própria opinião.
- b) o texto mostra uma opinião como verdade absoluta.
- c) estão presentes no texto diversas opiniões.
- d) o argumentador mostra sua opinião apoiada por outros.
- e) o texto apresenta e aprofunda apenas uma opinião.

LÍNGUA INGLESA
Adolfo Sá

‘The Chinese will not pause’: Volvo and Polestar bosses urge EU to stick to 2035 petrol car ban

As the battle lines harden amid Germany’s intensifying pressure on the European Commission to scrap the 2035 ban on production of new petrol and diesel cars, two Swedish car companies, Volvo and Polestar, are leading the campaign to persuade Brussels to stick to the date.

They argue such a move is a desperate attempt to paper over the cracks in the German car industry, adding that it will not just prolong take up of electric vehicles but inadvertently hand the advantage to China.

“Pausing 2035 is just a bad, bad idea. I have no other words for that,” says German-born Michael Lohscheller, the chief executive of Polestar, Europe’s only all-electric car manufacturer.

“If Europe doesn’t take the lead in this transformation, be rest assured, other countries will do it for us.”

The German chancellor, Friedrich Merz, has called on the European Commission president, Ursula von der Leyen, to soften the 2035 cutoff date. He has asked her to permit the manufacture of new hybrid and highly efficient combustion engine cars beyond 2035 as consumers are still hesitant to buy EVs.

“We’re sending the right signal to the commission with this letter,” Merz said, adding that the German government wanted to protect the climate in “a technology-neutral way”.

Sitting in Polestar’s glass panelled offices in Gothenburg in Sweden, Lohscheller, cannot believe what is unfolding.

His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed. “I wrote twice, I’m not even sure we got an answer to the second letter,” he says.

Across the road in Gothenburg, high above the giant Volvo assembly plant, Håkan Samuelsson, the 74-year-old chief executive of Volvo Cars, has seen it all.

“I don’t see the logic in slowing down,” he says.

Samuelsson likens the resistance mounted by the multibillion car industry to the opposition to catalytic convertors, and to seatbelts 50 years ago.

“If they were not mandatory, we would probably have 30% of our cars without seatbelts and if you consider the additional cost we probably wouldn’t have any cars with catalytic converters either unless they were mandatory,” he says.

Volkswagen and BMW, Samuelsson says, “can do with they like”, but if they take the foot off the electrification pedal, they will just widen the gap for China.

“The Chinese will set up factories in Hungary and Slovakia, Romania ... in low labour cost markets. I don’t think it’s possible to keep them out of the EU with tariffs. You just need to meet them face on and compete with them,” he says.

<http://theguardian.com/business/2025/dec/02/china-volvo-polestar-eu-2035-petrol-car-sweden-germany>

13. The main conflict described in the text revolves around:

- a) disagreement over tariffs on Chinese imports.
- b) Germany’s pressure to relax the 2035 ban versus Swedish firms advocating to maintain it.
- c) competition between Volvo and Polestar for EU subsidies.
- d) China’s refusal to enter the European market.
- e) Ursula von der Leyen’s plan to ban all hybrid cars immediately.

- 14.** The expression “paper over the cracks” most nearly means:
- a) hide structural problems.
 - b) accelerate technological progress.
 - c) negotiate a fair compromise.
 - d) expose industry weaknesses.
 - e) improve manufacturing standards.
- 15.** According to Samuelsson, if Europe slows electrification, Chinese companies will:
- a) stop exporting due to EU tariffs.
 - b) focus solely on Asian markets.
 - c) create factories in low-cost EU countries.
 - d) switch production entirely to hybrids.
 - e) relocate their operations to Germany.
- 16.** The tone of the executives from Volvo and Polestar can be best characterized as:
- a) neutral and descriptive.
 - b) pessimistic and defeatist.
 - c) humorous and sarcastic.
 - d) persuasive and urgent.
 - e) detached and analytical.
- 17.** According to the text, Volvo and Polestar argue that delaying the 2035 ban would mainly:
- a) strengthen Europe’s leadership in electric mobility.
 - b) protect German industry from foreign competition.
 - c) benefit China in the electric vehicle transition.
 - d) allow consumers more time to adopt electric cars.
 - e) reduce pressure on hybrid vehicle manufacturers.
- 18.** In the sentence “Pausing 2035 is just a bad, bad idea,” the repetition of “bad” conveys:
- a) irony about the complexity of the issue.
 - b) minimization of the seriousness of the proposal.
 - c) strong emphasis and emotional intensity.
 - d) uncertainty regarding the speaker’s opinion.
 - e) a humorous criticism of the EU’s strategy.
- 19.** In the sentence “His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed.”, the word *SNUBBED* could be replaced, without changing its meaning, by:
- a) acknowledged.
 - b) ignored.
 - c) supported.
 - d) accelerated.
 - e) supervised.
- 20.** In the context of the discussion about resistance to technological change, the seatbelt is mentioned in the text to:
- a) illustrate how consumers usually demand mandatory safety devices.
 - b) show that past technological innovations were eagerly accepted by the car industry.
 - c) compare historical opposition to safety measures with current resistance to electrification.
 - d) argue that the EU should focus primarily on safety regulations instead of environmental ones.
 - e) demonstrate that catalytic converters were more important than seatbelts for public safety.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Sant'Anna*

21. Nos termos da CF/88, avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado é uma competência (ou finalidade) do(a):

- a) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle interno.
- b) Controladoria Geral da União, em sede de controle interno.
- c) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar de forma integrada.
- d) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle externo.
- e) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar dentro de seus limites e responsabilidades.

22. Mário, responsável pela unidade de auditoria interna de uma universidade estadual, ao longo do primeiro semestre de 2024, tomou conhecimento de uma situação que se configurava em ofensa ao princípio da moralidade, previsto no art. 37 da CF/88. Analisando suas competências e responsabilidades, concluiu que deveria tomar todas as providências relacionadas à questão internamente, no âmbito do Sistema de Controle Interno. De acordo com o regramento constitucional, Mário agiu de forma:

- a) correta, uma vez que as finalidades do Sistema de Controle Interno não se confundem com as competências do Tribunal de Contas.
- b) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma subsidiária.

c) correta, dado que o controle interno se sobrepõe ao controle externo em questões dessa natureza.

d) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma solidária.

e) correta, considerando que Mário possui discricionariedade para tomar as decisões relacionadas ao fato narrado.

23. Considerando o disposto na CE/89, assinale a alternativa que traz uma finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- b) emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.
- c) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- e) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores.

24. Maria, titular de uma UAIQ integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de São Paulo, tomou conhecimento de uma irregularidade relacionada a um ato praticado por um agente da unidade a qual estava vinculada. A irregularidade em questão ocasionou prejuízo ao erário. De acordo com a Lei Complementar 1.419/2024, Maria deve:

- a) dar ciência do fato à Controladoria Geral do Estado.
- b) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) tomar todas as medidas para responsabilizar o agente em âmbito interno.
- d) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- e) dar ciência do fato à Corregedoria Geral do Estado.

25. Avalie os itens a seguir

I. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual corresponde às atividades de Auditoria Interna Governamental.

II. Considera-se Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de fiscalização e controle, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual.

III. As auditorias internas da Administração Pública direta compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, na qualidade de unidades setoriais.

Estão corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

26. Nos termos do Decreto 69.183/24, compete à Diretoria de Auditoria Financeira e de Contratações, EXCETO:

- a) coordenar o planejamento e a execução das auditorias nas áreas contábil, de pessoal, de licitações e contratos, parcerias e concessões.
- b) coordenar o planejamento e a execução das auditorias e consultorias em políticas públicas nas áreas da gestão e infraestrutura, definidas no plano anual de auditoria.
- c) prestar informações tempestivas sobre os trabalhos da Diretoria.
- d) avaliar a consistência dos dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal.
- e) fomentar as boas práticas de governança direcionadas à simplificação administrativa e à modernização da gestão pública estadual.

27. Nos termos do Decreto 69.183/24, assinale a alternativa que NÃO apresenta competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) exercer a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- b) auditar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) emitir recomendações com a finalidade de aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- d) promover medidas que visem ao aperfeiçoamento da qualidade dos processos de trabalho, dos produtos emitidos, da eficiência e da eficácia da atividade de auditoria interna governamental.
- e) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado, a fim de evitar práticas de corrupção, de fraude, de desvios éticos e de outros ilícitos.

28. A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito:

- a) auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos.
- b) proteger o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e apuração baseados em risco.
- c) aumentar o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- e) adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

29. A atividade do planejamento em que os auditores internos devem coletar e analisar dados e informações sobre a Unidade Auditada, com o intuito de obter conhecimento suficiente sobre seu propósito, funcionamento, principais riscos e medidas tomadas pela administração para mitigá-los, de forma a estabelecer os objetivos dos trabalhos, os exames a serem realizados e os recursos necessários para a realização da auditoria é denominada:

- a) definição do objetivo e do escopo do trabalho.
- b) análise preliminar do objeto da auditoria.
- c) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- d) elaboração do programa de trabalho.
- e) alocação da equipe de auditoria.

30. Por meio dos trabalhos que executam, os auditores internos governamentais entram em contato com uma grande variedade de temas essenciais para o funcionamento das organizações. Ademais, por intermédio de suas análises e recomendações, normalmente demonstram conhecimento a respeito de normas e de outros temas complexos e relevantes para as unidades, como controles internos e riscos. Diante disso, é possível que a alta administração da Unidade Auditada entenda ser oportuno aconselhar-se com ou contar com o apoio dos auditores sobre esses e outros assuntos com os quais eles lidam no seu dia a dia. Esse tipo de serviço prestado pelos auditores em resposta à solicitação das Unidades Auditadas denomina-se:

- a) apuração.
- b) avaliação.
- c) consultoria.
- d) assessoramento.
- e) aconselhamento.

31. Envolve observar as atividades de determinados indivíduos sem o seu conhecimento. Pode ser considerada pelos auditores como metodologia regular e legítima para viabilizar a evidenciação de fraude, porém, o auditor interno governamental deve receber treinamento específico, caso seja designado para desempenhá-la, dado que sua execução compreende riscos, inclusive de integridade física.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) observação direta.
- b) entrevistas.
- c) análise de dados e documentos.
- d) vigilância.
- e) trabalhos individuais de avaliação.

32. A comunicação de resultados consiste na principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização, ressaltando o conhecimento dos auditores internos governamentais sobre os processos de negócios e a capacidade da auditoria interna de contribuir para o alcance dos objetivos da organização.

Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) comunicações completas são aquelas facilmente compreendidas pelo público-alvo. Para isso, devem ser lógicas e fornecer todas as informações significativas e relevantes.
- b) segundo o requisito da clareza, a equipe deve considerar toda informação essencial para o público-alvo, ou seja, todas as informações significativas e relevantes que apoiam conclusões e recomendações das comunicações.
- c) as comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos e evidências que lhes dão suporte.
- d) comunicações objetivas evitam a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, prolixidade e informações dispensáveis, insignificantes ou não relacionadas ao trabalho.
- e) as comunicações construtivas são justas, imparciais, neutras, livres de influência indevida.

b) de eficácia limitada, pois depende da edição de lei integradora para que o direito nela previsto possa ser exercido.

c) de eficácia contida, pois possui aplicabilidade imediata, mas pode ter o seu alcance restringido por lei que estabeleça qualificações profissionais.

d) meramente programática, por veicular apenas diretrizes e objetivos a serem concretizados gradualmente pelo Estado.

e) de eficácia exaurida, uma vez que já teria sido integralmente cumprida com a edição da legislação infraconstitucional pertinente.

34. O Estado Ômega editou lei determinando que hipermercados e estabelecimentos congêneres fossem obrigados a fornecer, sem qualquer custo, sacolas reutilizáveis ou outras embalagens aos consumidores para acondicionamento das compras realizadas. A norma foi justificada como forma de proteção do consumidor e de redução de impactos ambientais, sem previsão de qualquer mecanismo de compensação financeira aos comerciantes. Associação representativa do setor supermercadista ajuizou ação direta de inconstitucionalidade no STF. Assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois se insere no âmbito da competência concorrente dos Estados em matéria ambiental e de consumo.
- b) A lei é inconstitucional, pois impõe prestação gratuita acessória desproporcional, interferindo indevidamente na livre iniciativa e na ordem econômica.
- c) A lei é inconstitucional apenas se alcançar pequenos comerciantes, por violar o princípio da isonomia em relação às grandes redes.
- d) A lei é constitucional, pois a tutela do consumidor autoriza impor obrigações gratuitas sempre que houver potencial benefício ambiental.
- e) A lei é constitucional, pois se limita a disciplinar forma de exposição e fornecimento de embalagens, sem impactos relevantes na atividade econômica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. O artigo 5º, XIII, da Constituição da República estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. À luz da classificação doutrinária das normas constitucionais quanto à eficácia e à aplicabilidade, tal dispositivo deve ser considerado uma norma

- a) de eficácia plena, pois produz todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição e não admite restrições por lei ordinária.

35. Durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado Gama, uma deputada estadual, ao criticar a gestão de obras públicas, afirmou que o governador seria “desonesto” e “desviaria sistematicamente recursos de contratos de infraestrutura”. O governador ajuizou ação indenizatória por danos morais em face do Estado, alegando responsabilidade civil objetiva pelas declarações da parlamentar. O Estado sustentou que a manifestação estava amparada pela imunidade material. Assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde objetivamente, pois a imunidade material apenas impede ações contra a deputada, mas não afasta a obrigação estatal de indenizar terceiros lesados.
- b) O Estado responde de forma subsidiária, já que, em razão da imunidade, o governador não pode demandar diretamente a parlamentar, restando como alternativa acionar o ente público.
- c) O Estado não responde por fala acobertada pela imunidade material e, se houver abuso fora de seus limites, eventual responsabilidade recai diretamente sobre a parlamentar.
- d) O Estado só deixará de responder se a fala tiver ocorrido em redes sociais, já que a imunidade material protege apenas manifestações no recinto legislativo.
- e) O Estado sempre responde objetivamente pelas manifestações de seus agentes, sendo irrelevante a existência de imunidade parlamentar material.

36. Marina, brasileira nata, mudou-se em caráter definitivo para a Alemanha, onde, por iniciativa própria, requereu e obteve a nacionalidade alemã, sem formular qualquer pedido perante autoridade brasileira. Anos depois, ao retornar ao Brasil, é informada de que, no passado, brasileiros podiam perder a nacionalidade em razão de naturalização voluntária em outro país.

À luz da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, é correto afirmar que:

- a) Marina perdeu automaticamente a nacionalidade brasileira ao se naturalizar alemã, pois a Constituição continua vedando a dupla nacionalidade por opção voluntária.
- b) Marina só manterá a nacionalidade brasileira se demonstrar que a naturalização alemã era condição para residir na Alemanha ou para exercício de direitos civis naquele país.
- c) A simples aquisição voluntária da nacionalidade alemã não provoca perda da nacionalidade brasileira, podendo Marina conservar ambas as nacionalidades.
- d) Marina perdeu a nacionalidade brasileira e somente poderá readquiri-la se preencher novamente os requisitos de naturalização impostos a estrangeiros residentes no Brasil.
- e) Ao adquirir outra nacionalidade, Marina deixou de ser considerada brasileira nata e passou a ser tratada como estrangeira com residência permanente no país.

37. O Município Aurora editou lei autorizando o Prefeito a instituir programa municipal de apoio a pessoas desempregadas residentes na cidade. O programa prevê pagamento de auxílio financeiro mensal de valor reduzido, oferta obrigatória de cursos de capacitação e participação dos beneficiários em atividades de interesse social por até seis meses, prorrogáveis uma vez, deixando claro que não se estabelece vínculo funcional ou trabalhista com a Administração e vedando a substituição de servidores efetivos por participantes do programa. O Ministério Público propôs ação, alegando fraude ao concurso público. À luz da orientação do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A constitucionalidade do programa pressupõe que ele não seja utilizado como forma indireta de reorganizar o quadro de pessoal, devendo prevalecer sua feição assistencial e de reinserção social.
- b) A inexistência de vínculo jurídico de emprego público entre beneficiário e Município afasta a incidência do regime constitucional do concurso público.
- c) A lei é compatível com a CF, pois configura política assistencial e de qualificação profissional voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade, e não mecanismo de provimento de cargos.
- d) A lei é inconstitucional, pois qualquer prestação de serviços em favor do Município caracteriza contratação temporária de pessoal e exige prévia aprovação em concurso.
- e) O precedente de repercussão geral sobre contratação temporária de servidores não se aplica automaticamente, uma vez que o programa não tem natureza de provimento de cargos públicos.

38. A Constituição do Estado Alfa foi alterada para prever que deputados estaduais, quando convocados para sessão legislativa extraordinária, fariam jus a uma parcela indenizatória por sessão, a ser paga cumulativamente ao subsídio, podendo, na soma, ultrapassar o valor mensal deste. A Mesa Diretora sustentou que a verba teria caráter compensatório pelo trabalho em período não ordinário. Partido político propôs ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a norma estadual. Assinale a alternativa correta.

- a) A norma estadual é válida, pois se trata de parcela indenizatória, que não integra o subsídio e pode superar o valor mensal deste sem ofensa à Constituição.
- b) A norma é inconstitucional, pois o modelo remuneratório dos deputados estaduais deve observar o padrão federal, que veda o pagamento de parcela adicional específica pela convocação a sessão extraordinária.
- c) A norma é constitucional, em razão da autonomia organizatória dos Estados, que permite fixar livremente vantagens financeiras aos parlamentares.
- d) A norma apenas seria inconstitucional se não estivesse prevista em lei formal, mas fosse instituída por ato da Mesa da Assembleia.
- e) A norma é constitucional, pois a proibição prevista para o Congresso Nacional não alcança as Assembleias Legislativas, diante da inexistência de determinação expressa de simetria.

39. O Estado Ônix aprovou a Lei nº 10.213/2024, de iniciativa de um deputado estadual, que estabelece diretrizes e objetivos gerais de uma política pública prestacional na área de assistência social. A execução dessa política, uma vez implementada, implicará aumento de despesa, e a lei determinou que o Governador deverá expedir decreto regulamentar para viabilizar sua aplicação.

À luz da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) o tema é reservado a lei complementar, pois envolve política pública de caráter continuado com impacto orçamentário.
- b) a iniciativa do projeto era privativa do Chefe do Executivo, em razão do aumento de gasto decorrente da implementação da política.
- c) a previsão de que o Governador regulamente a lei viola a separação de poderes, por impor obrigação normativa ao Executivo.
- d) a iniciativa era privativa do Governador por tratar de estrutura e atribuições de órgãos da Administração estadual.
- e) a Lei nº 10.213/2024 não apresenta vício de iniciativa e, ao atribuir ao Executivo a tarefa de regulamentá-la, não afronta o princípio da separação de poderes.

40. O dever de motivar as decisões judiciais é elemento central de controle democrático da jurisdição. Tornar explícitas as razões que conduziram ao convencimento do julgador permite verificar a correção e a efetividade do provimento jurisdicional.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A jurisprudência consolidou a nulidade da chamada fundamentação per relationem, quando o juiz adota, de forma expressa, as razões lançadas em parecer do Ministério Público.
- b) O dever de motivação recai apenas sobre sentenças e acórdãos, não sendo exigido em decisões interlocutórias.
- c) Os julgamentos do Poder Judiciário são, em regra, públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.
- d) Nos processos que tramitam em segredo de justiça, dispensa-se a fundamentação para resguardar a intimidade das partes ou o interesse público.
- e) Em nome da eficiência e da celeridade, admite-se a dispensa de fundamentação em decisões proferidas pelos tribunais, desde que unânimes.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

41. No Município fictício de Serra Azul, o Secretário de Obras, Sr. Ricardo Almeida, diante de laudo técnico emitido pelo setor de engenharia que apontava risco iminente de desabamento de um edifício residencial, editou portaria determinando a interdição imediata do imóvel e a desocupação compulsória, sem prévia oitiva dos moradores, fundamentando o ato na supremacia do interesse público e na necessidade de preservação da vida e da segurança coletiva.

Considerando a situação narrada e o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato possui natureza bilateral, pois atinge diretamente a esfera jurídica dos particulares e depende de aceitação expressa dos interessados para produzir efeitos válidos.
- b) O ato é inválido, pois a Administração não possui competência para impor obrigações diretamente aos particulares sem autorização judicial prévia, ainda que haja risco iminente.
- c) O ato é válido, pois consubstancia manifestação unilateral de vontade da Administração, dotada de atributos como imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.
- d) O ato é inválido, uma vez que atos administrativos não podem ser dotados de imperatividade quando atingem direitos fundamentais, como moradia e propriedade.
- e) O ato não pode ser considerado administrativo, pois a ausência de processo administrativo prévio compromete automaticamente sua existência jurídica.

42. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar é exclusivo para aplicação de sanções a particulares contratados pela Administração, não sendo cabível em relação aos servidores públicos efetivos.

b) O poder hierárquico confere à Administração competência para editar leis em sentido formal, sempre que houver necessidade de reorganização interna dos órgãos.

c) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar normas com força de lei, independentemente de autorização do Poder Legislativo.

d) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir, condicionar e fiscalizar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo, nos limites da legalidade.

e) O poder hierárquico impede a revisão dos atos praticados por subordinados, garantindo-lhes autonomia decisória plena.

43. Considerando o regime constitucional dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Os princípios expressos restringem-se a leis estaduais, não alcançando a Administração Pública federal ou municipal.
- b) O princípio da moralidade administrativa possui natureza implícita, porque sua formulação depende apenas de construções doutrinárias.
- c) O princípio da razoabilidade está expressamente previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, ao lado dos demais princípios administrativos.
- d) Os princípios expressos são aqueles que podem ser identificados nominalmente no texto constitucional ou legal, possuindo aplicação direta e imediata.
- e) O princípio da eficiência sempre integrou o texto original da Constituição de 1988 como princípio de aplicação expressa e obrigatória.

44. O servidor público Paulo, no exercício regular de suas funções, conduzia veículo oficial em serviço quando ocorreu atropelamento da pedestre Carla. Durante a apuração dos fatos, foi comprovado que Carla atravessou a via fora da faixa de pedestres, em local proibido, desrespeitando a sinalização existente e agindo de forma totalmente imprudente, enquanto o servidor respeitava as regras de trânsito.

Considerando a teoria da responsabilidade civil do Estado, o nexo causal e as causas excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado deve indenizar integralmente, pois a teoria do risco integral é a regra geral adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- b) A culpa exclusiva da vítima configura hipótese capaz de excluir a responsabilidade civil do Estado, por romper o nexo de causalidade.
- c) O caso fortuito e a força maior jamais afastam a responsabilidade do Estado, ainda que sejam inevitáveis e imprevisíveis.
- d) A responsabilidade civil do Estado exige, como regra geral, a comprovação de dolo do agente público para gerar o dever de indenizar.
- e) A existência de nexo causal entre a conduta estatal e o dano não é requisito necessário para a responsabilização do Estado.

45. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta.

- a) A investidura e o efetivo exercício no cargo de agente público ficam condicionados à apresentação da declaração de imposto de renda e de bens e valores de qualquer natureza, previamente entregue à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Ademais, essa declaração deverá ser atualizada anualmente, bem como na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- b) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- c) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- d) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.
- e) O Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil, desde que esse ajuste seja submetido à aprovação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, quando a celebração ocorrer em momento anterior ao ajuizamento da ação.

46. No que se refere aos serviços públicos, especialmente quanto às formas de delegação, suas classificações e princípios aplicáveis, assinale a opção correta.

- a) A concessão de serviço público caracteriza-se como ato administrativo unilateral, de natureza discricionária, que pode ser conferido tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, independentemente de procedimento licitatório, desde que presente o interesse público manifesto.
- b) A permissão de serviço público é formalizada por contrato administrativo via licitação, possui natureza precária, pode ser revogada unilateralmente pelo poder concedente mediante decisão motivada por interesse público e costuma ser utilizada para serviços de menor complexidade estrutural e econômica.
- c) A autorização de serviço público encontra previsão expressa no art. 175 da Constituição Federal, sendo integralmente disciplinada pela Lei nº 8.987/1995, possuindo, obrigatoriamente, natureza contratual e estabilidade semelhante à concessão.
- d) Concessão, permissão e autorização são institutos juridicamente equivalentes, submetidos ao mesmo regime de estabilidade, com exigência obrigatória de licitação em modalidade concorrência pública e com idênticas hipóteses de extinção contratual.
- e) A concessão de serviço público pode ser atribuída a pessoas físicas quando se tratar de serviços classificados como *uti singuli* ou de baixo custo operacional, desde que haja autorização legislativa específica.

47. O Governador do Estado fictício de Serra Dourada, Sr. Rodrigo Alves, decidiu reorganizar a gestão do sistema estadual de transporte. Até então, o serviço era executado diretamente por uma secretaria estadual. Posteriormente, foi criada, por lei específica, uma autarquia estadual para assumir a execução do serviço. Além disso, a própria secretaria passou por reorganização interna, com criação de novos departamentos e divisões administrativas.

No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A criação da autarquia caracteriza fenômeno de concentração administrativa, enquanto a criação de novos departamentos internos caracteriza descentralização administrativa, pois ambos os casos envolvem redistribuição de competências.
- b) A reorganização interna da secretaria, com criação de departamentos e divisões, configura descentralização administrativa, pois houve transferência de competências entre pessoas jurídicas distintas.
- c) Todo o caso retrata situação de centralização administrativa, pois o serviço continuou sendo prestado no âmbito do Poder Executivo estadual, independentemente da criação de nova entidade.
- d) A situação configura descentralização política, visto que a autarquia criada passou a possuir autonomia legislativa e capacidade de auto-organização semelhante aos entes federativos.
- e) A transferência do serviço para a autarquia caracteriza hipótese típica de descentralização administrativa, enquanto a criação de departamentos internos caracteriza desconcentração administrativa, por se tratar de mera reorganização interna sem criação de nova pessoa jurídica.

48. No Município de Monte Claro, o Prefeito determinou a contratação direta de obra pública sem a prévia obtenção das licenças ambientais exigidas. Diante do ocorrido, a Câmara Municipal instaurou procedimento de fiscalização, enquanto o cidadão João ingressou com ação judicial buscando a invalidação do ato administrativo praticado.

No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O controle exercido pela Câmara Municipal possui natureza interna, pois decorre da estrutura organizacional do próprio Poder Executivo e se limita à hierarquia administrativa interna.
- b) O controle judicial pode, como regra geral, analisar não apenas a legalidade, mas também a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos, podendo substituir o administrador na tomada de decisões.
- c) O controle legislativo caracteriza-se como controle externo e permite a fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive no que se refere à legalidade dos atos administrativos e à aplicação dos recursos públicos.
- d) O controle judicial é exercido, via de regra, de ofício pelos magistrados e possui natureza predominantemente preventiva, não dependendo de provocação do interessado.
- e) O controle administrativo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, sendo este o único órgão competente para revisar e anular atos administrativos ilegais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

49. O Referencial estratégico das organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando o levantamento de informações que auxiliem no processo de construção do planejamento nas organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros que permitam realizar julgamento. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- () A economicidade está relacionada ao grau de utilização dos recursos.
- () A eficiência operacional está associada à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.
- () A produtividade refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F e V.
- b) F, V, V e V.
- c) V, F, F e F.
- d) V, V, F e V.
- e) F, F, V e F.

50. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I. A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos, plurais, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III. As conferências são espaços não oficiais ou informais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

51. No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas, com pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas, é denominado:

- a) Autoridades de interesse.
- b) Coalizões de interesse.
- c) Conluios de interesse.
- d) Debates de interesses.
- e) Pressão na defesa de interesses.

52. No ciclo de políticas públicas, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e construção de alternativas, etapa na qual definem, além de métodos, programas, estratégias e ações, mecanismos genéricos para a indução do comportamento, a exemplo de soluções técnicas. No caso de um problema de pichação de muros e paredes nas grandes cidades, qual a forma mais adequada de solução técnica que pode ser utilizada pelo policymaker:

- a) criar leis mais severas para infratores.
- b) desenvolver recompensas materiais para delatores.
- c) criar escolas de conversão artística dos pichadores.
- d) destinar verba pública contínua para recuperação de muros.
- e) fazer campanhas de conscientização com a comunidade pichadora.

53. A análise contemporânea sobre a administração pública destaca que a corrupção não é apenas um desvio moral individual, mas um fenômeno influenciado por arranjos institucionais e organizacionais. Da mesma forma, a qualidade das políticas públicas depende de fatores que vão além da vontade política. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção ou promovem a qualidade das políticas públicas.

- a) O aumento da discricionariedade dos agentes públicos, quando acompanhado pela redução dos mecanismos de *accountability*, tende a diminuir a incidência de corrupção devido à agilidade nos processos.
- b) A transparência ativa é considerada um entrave à eficiência das políticas públicas, pois expõe excessivamente a gestão a críticas infundadas.
- c) A existência de monopólio na prestação de um serviço público, somada à baixa transparência e à alta discricionariedade do agente, compõe a fórmula clássica que favorece a ocorrência de corrupção.
- d) A profissionalização da burocracia e o recrutamento meritocrático são fatores que, no passado, pouco impactaram na qualidade e na continuidade das políticas públicas de Estado.
- e) O controle social é um fator que tende a elevar a corrupção, pois aumenta o número de atores envolvidos na negociação de interesses.

54. No âmbito do Novo Institucionalismo, as instituições são frequentemente definidas como "as regras do jogo" em uma sociedade. Considerando essa abordagem teórica e sua aplicação na gestão governamental, assinale a alternativa que descreve corretamente o papel das instituições nas políticas públicas.

- a) O papel primordial das instituições é aumentar a incerteza nos processos políticos, garantindo que os resultados das políticas sejam sempre imprevisíveis e sujeitos à vontade do líder momentâneo.
- b) As instituições têm a função de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais, reduzindo os custos de transação e fornecendo estabilidade e previsibilidade para a implementação de políticas públicas.
- c) O conceito de instituições restringe-se exclusivamente aos órgãos físicos do governo (como ministérios e secretarias), não englobando normas, leis ou códigos de conduta informais.
- d) Instituições fortes e inclusivas tendem a dificultar o desenvolvimento econômico e social, pois o excesso de regras impede a livre atuação das forças de mercado na definição das políticas públicas.
- e) O desenho institucional de uma política pública é irrelevante para o seu sucesso, visto que o fator determinante é o volume de recursos financeiros alocados para sua execução.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Giulian Salvador*

55. Em um treinamento interno destinado aos novos servidores da Controladoria-Geral do Estado, a instrutora apresentou um quadro com os quatro órgãos centrais e suas competências estruturantes. Ao final, pediu que os participantes associassem corretamente cada órgão ao núcleo funcional que lhe é atribuído pelo Decreto nº 69.183/2024.

Com base no decreto, analise a correspondência entre os órgãos centrais (Coluna I) e suas principais funções estruturantes (Coluna II).

COLUNA I – Órgãos Centrais**I. Auditoria-Geral do Estado****II. Subsecretaria de Integridade Pública e Privada****III. Corregedoria-Geral do Estado****IV. Ouvidoria-Geral do Estado****COLUNA II – Núcleos Funcionais**

A. Responsável por conduzir procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, negociar acordos de leniência e supervisionar unidades correcionais.

B. É o órgão central da transparência ativa, promove gestão de riscos, governo aberto e apoio técnico à integridade organizacional.

C. Órgão central da transparência passiva, decide recursos da LAI e gere a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.

D. Realiza auditorias de desempenho, conformidade e governança, fiscaliza metas do PPA/LDO e emite recomendações de aperfeiçoamento de controles internos.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta:

- a) I–C; II–A; III–D; IV–B
- b) I–A; II–D; III–B; IV–C
- c) I–D; II–B; III–A; IV–C
- d) I–B; II–C; III–D; IV–A

- e) I–D; II–C; III–B; IV–A

56. Durante a implementação de um novo programa de integridade em uma autarquia estadual, o Presidente da instituição determinou que fossem consultados os órgãos centrais da Controladoria-Geral do Estado para esclarecer dúvidas sobre diversos temas. Entre as demandas, havia:

- (i) a necessidade de orientação sobre gestão de riscos de integridade;
- (ii) a avaliação preliminar de indícios de fraude envolvendo um contrato;
- (iii) a dúvida sobre qual unidade deveria orientar tecnicamente a instância recursal da LAI; e
- (iv) a necessidade de verificar qual órgão central atua na responsabilização de pessoas jurídicas e na celebração de acordos de leniência.

Com base no Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre cada demanda e o órgão central competente:

- a) (i) Corregedoria; (ii) Ouvidoria; (iii) Integridade; (iv) Auditoria.
- b) (i) Auditoria; (ii) Integridade; (iii) Corregedoria; (iv) Ouvidoria.
- c) (i) Ouvidoria; (ii) Auditoria; (iii) Corregedoria; (iv) Integridade.
- d) (i) Subsecretaria de Integridade; (ii) Auditoria-Geral; (iii) Ouvidoria-Geral; (iv) Corregedoria-Geral.
- e) (i) Auditoria-Geral; (ii) Corregedoria-Geral; (iii) Integridade; (iv) Ouvidoria-Geral.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Elder Loureido*

57. Ricardo nomeou, no âmbito de sua área de influência, seu sobrinho Luís para cargo em comissão na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Questionado sobre a eventual configuração de nepotismo, Ricardo sustentou que este não restaria caracterizado no caso, já que a autoridade nomeante não teria se valido do cargo ou função, tampouco teria havido a finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido ou violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade. Pedro, analista jurídico do órgão, ao apreciar o caso frente ao Decreto nº 68.829/2024 corretamente concluiu que a declaração de Ricardo estava:

- a) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, motivo pelo qual a nomeação é permitida pela norma.
- b) Correta, pois falta o requisito da finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido para a situação configurar nepotismo.
- c) Incorreta, pois a situação configura nepotismo.
- d) Correta, pois falta o requisito da violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade ou legalidade para a situação configurar nepotismo.
- e) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, apesar de a nomeação ser vedada pela norma.

58. Rodrigo, estudante de direito no Estado de São Paulo, explicou que o Comitê de Governança Estadual, instituído pelo Decreto 68.159/2023, poderia constituir grupos de trabalho. Elucidou, então, que só poderiam estar simultaneamente em funcionamento 3 grupos de trabalho; que a duração deles, computadas eventuais prorrogações cabíveis, seria limitada a 2 anos; e que, no ato da

constituição, o Comitê definiria a composição deles, não inferior a 5 membros. Ressaltou, ainda, que deles poderiam participar: mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos, representantes de órgãos e entidades públicas de qualquer Ente Federativo; e, mediante convite, pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, pudessem contribuir para a votação das matérias em exame. Bernardo esclareceu, pois, que as orientações transmitidas estariam equivocadas, exceto os termos da:

- a) Participação mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos.
- b) Limitação à quantidade de grupos de trabalho em funcionamento simultâneo.
- c) Limitação à duração dos grupos de trabalho.
- d) Limitação à quantidade de membros dos grupos de trabalho.
- e) Participação mediante convite.

59. O prazo para a conclusão da apuração preliminar, consoante o Decreto nº 69.122/2024 do Estado de São Paulo, é de:

- a) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não exceda 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- b) 180 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não exceda, em qualquer caso, 180 dias.
- c) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não exceda, em qualquer caso, 180 dias.
- d) 180 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- e) 30 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não exceda 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.

60. Sacramento, representante da pessoa jurídica Estudos Perenes Ltda., propôs, antes da conclusão do relatório do processo administrativo de responsabilização, a celebração de acordo de leniência escrito. Nos termos do Decreto nº 69.588/2025 do Estado de São Paulo, a proposta deve receber tratamento:

- a) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, permitida a publicidade.
- b) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Controladoria Geral do Estado.
- c) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Procuradoria Geral do Estado.
- d) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito ao âmbito da Controladoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado.
- e) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, vedada a publicidade.

d) A motivação do ato administrativo deve, obrigatoriamente, ser extensa e constar em peça autônoma, sendo vedada a remissão a pareceres.

e) Atos administrativos praticados por autoridade incompetente podem ser automaticamente convalidados, independentemente de formalização.

62. Durante um processo administrativo na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o servidor Carlos conduzia a análise de um requerimento formulado por uma associação ambiental. Em razão da relevância do tema, a autoridade competente entendeu ser necessária a ampliação da participação social antes da decisão final.

Com base na Lei Estadual nº 10.177/1998, que disciplina os procedimentos administrativos no âmbito estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A consulta pública pode ser realizada sem a necessidade de despacho motivado, bastando o interesse dos terceiros.
- b) A abertura da consulta pública dispensa divulgação pelos meios oficiais, sendo suficiente a disponibilidade interna dos autos.
- c) A audiência pública somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de entidades associativas legalmente constituídas.
- d) Ultrapassado o prazo máximo de 120 dias para decisão, o interessado pode considerar o pedido rejeitado, sem afastar o dever da autoridade de apreciá-lo.
- e) O comparecimento à consulta pública confere automaticamente ao participante a condição de parte interessada no processo.

MÓDULO II

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Fabiano Pereira

61. De acordo com a Lei Estadual nº 10.177/1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública pode iniciar atuação material que afete direitos de particulares sem prévio ato administrativo, desde que haja urgência.
- b) A ausência de motivação em ato administrativo jamais poderá ensejar sua invalidade, desde que o resultado atenda ao interesse público.
- c) A convalidação de ato administrativo inválido é vedada quando houver prejuízo à Administração ou a terceiros.

63. No que se refere ao conceito legal de abuso de autoridade e aos elementos necessários para a configuração do crime, assinale a opção correta, considerando o elemento subjetivo exigido pela Lei nº 13.869/2019.

- a) O crime de abuso de autoridade se caracteriza sempre que o agente público cometer erro na aplicação ou interpretação da lei, ainda que não haja intenção de prejudicar terceiros.
- b) A simples divergência na interpretação de normas jurídicas ou na valoração de provas caracteriza automaticamente o crime de abuso de autoridade.
- c) Para a configuração do crime de abuso de autoridade, é indispensável que a conduta seja praticada com finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si ou a terceiro, ou por capricho ou satisfação pessoal.
- d) O crime de abuso de autoridade somente se caracteriza quando o agente atua fora das atribuições de seu cargo ou função.
- e) O abuso de autoridade independe de dolo específico, bastando a ocorrência de qualquer ilegalidade praticada pelo agente público.

64. No que se refere aos sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta, considerando o conceito legal de agente público adotado pela Lei nº 13.869/2019.

- a) Apenas servidores públicos efetivos, ocupantes de cargo público, podem praticar o crime de abuso de autoridade.
- b) Pode ser sujeito ativo qualquer pessoa que exerce função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, independentemente da forma de investidura.
- c) O crime de abuso de autoridade somente pode ser praticado por agentes da administração direta.
- d) Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público estão excluídos da incidência da Lei nº 13.869/2019.

e) Militares não se enquadraram no conceito de agente público previsto na legislação.

65. No que diz respeito aos efeitos da condenação pelos crimes de abuso de autoridade, de acordo com a Lei nº 13.869/2019, assinale a opção correta.

- a) A perda do cargo ou mandato é efeito automático da condenação criminal.
- b) A inabilitação para o exercício de função pública ocorre independentemente de reincidência.
- c) Os efeitos da condenação independem de declaração expressa na sentença.
- d) A obrigação de indenizar o dano causado é efeito da condenação, devendo o juiz fixar valor mínimo de reparação, quando requerido.
- e) As sanções civis e administrativas são absorvidas pela condenação criminal.

66. No âmbito da Lei nº 8.429/1992, reformada pela Lei nº 14.230/2021, os atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito e os que causam lesão ao erário possuem estrutura típica própria e regime sancionatório específico.

Considerando o ordenamento jurídico da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

- a) Os atos que causam lesão ao erário admitem responsabilização por culpa, desde que demonstrado o prejuízo patrimonial das entidades, sendo dispensável a prova do dolo específico.
- b) Nos atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, basta que o agente obtenha qualquer vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de função pública, sendo irrelevante a demonstração de que a conduta foi dolosa.
- c) Para as hipóteses dos atos que importam em enriquecimento ilícito, a sanção de perda da função pública atinge todos os vínculos que o agente possua com o Poder Público, em qualquer esfera

federativa e em qualquer período, sem possibilidade de limitação pelo magistrado.

d) Nas hipóteses dos atos que causam prejuízo ao erário, a multa civil é calculada sobre o valor do acréscimo patrimonial obtido pelo agente, e a suspensão dos direitos políticos pode ser fixada até o prazo máximo de 14 (catorze) anos.

e) O ato de improbidade que causa lesão ao erário exige ação ou omissão dolosa que enseje, de forma efetiva e comprovada, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres das entidades, sujeitando o agente às sanções como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 12 (doze) anos.

67. Considerando as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

a) O conceito de agente público abrange o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função, sendo ainda possível sujeitar o particular que celebra convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste equivalente às sanções da lei, quanto a recursos de origem pública.

b) Somente o agente público pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, não se admitindo a responsabilização de particulares que induzem ou concorram para o ato ímparo.

c) A lei de improbidade aplica-se exclusivamente a servidores estatutários da administração direta, não alcançando agentes políticos, empregados públicos ou particulares que se relacionem contratualmente com o Poder Público.

d) Os sucessores ou herdeiros de quem causar dano ao erário respondem integralmente por todas as

sanções previstas na lei, inclusive perda da função pública e proibição de contratar com o Poder Público, independentemente do valor da herança recebida.

e) As sociedades empresárias que passem por fusão ou incorporação ficam automaticamente sujeitas a todas as sanções pelos atos praticados pela sucedida, sem qualquer limitação ao patrimônio transferido ou ressalva de hipóteses de fraude.

68. O procedimento de responsabilização por improbidade administrativa envolve a atuação de comissões processantes, comunicação aos órgãos e entidades responsáveis, pedido de indisponibilidade de bens e ajuizamento da ação própria. À luz da Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta.

a) A ação para aplicação das sanções deve ser proposta exclusivamente pela pessoa jurídica interessada, não se admitindo legitimidade do Ministério Público.

b) A indisponibilidade de bens somente pode ser requerida após o trânsito em julgado da sentença condenatória, servindo apenas como etapa de execução do julgado, e depende obrigatoriamente de prévia representação administrativa.

c) A comissão processante que apurar a prática de atos de improbidade administrativa deve dar conhecimento da existência do procedimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas, podendo estes designar representante para acompanhar o procedimento, a requerimento.

d) A indisponibilidade de bens, na ação de improbidade, não pode abranger valores mantidos no exterior, devendo limitar-se a bens localizados no território nacional, sob pena de nulidade da medida.

e) A ação de improbidade não segue o procedimento comum do Código de Processo Civil e não há regra específica de prevenção de competência do juízo para ações posteriores com a mesma causa de pedir.

69. De acordo com a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, assinale a alternativa **incorrecta**.

a) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

b) Constitui ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, no tocante a licitações e contratos, obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

c) Na esfera administrativa, será aplicada às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos a sanção de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

d) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 2 (dois) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento

e) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

70. De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, decreto nº 5.687/2006, assinale alternativa **incorrecta**.

a) Uma das finalidades da Convenção é promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos;

b) Os Estados Partes cumprirão suas obrigações de acordo com a presente Convenção em consonância com os princípios de igualdade soberana e integridade territorial dos Estados, assim como de

não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

c) Os Estados Partes poderão negar uma solicitação de extradição caso considere que o delito também envolve questões tributárias.

d) Os Estados Partes poderão considerar a possibilidade de celebrar acordos ou tratados bilaterais ou multilaterais sobre o traslado a seu território de toda pessoa que tenha sido condenada a pena de prisão ou outra forma de privação de liberdade por algum dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção a fim de que cumpra ali sua pena.

e) Os Estados Partes considerarão a possibilidade de enfraquecer ações penais para o indiciamento por um delito qualificado de acordo com a presente Convenção quando se estime que essa remissão redundará em benefício da devida administração da justiça, em particular nos casos nos quais intervenham várias jurisdições, com vistas a concentrar as atuações do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

Antônio Pequeno

71. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, é um dos efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de

a) 1 (um) a 5 (cinco) anos.

b) 1 (um) a 6 (seis) anos.

c) 1 (um) a 8 (oito) anos.

d) 1 (um) a 7 (sete) anos.

e) 2 (dois) a 6 (seis) anos

72. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, marque a alternativa incorreta:

- a) o tipo de ação penal é pública incondicionada.
- b) os crimes de abuso de autoridade são dolosos,
- c) as penas restritivas de direitos são substitutivas das penas privativas de liberdade.
- d) a legítima defesa não faz coisa julgada material na esfera cível e no âmbito administrativo-disciplinar.
- e) o estado de necessidade faz coisa julgada material na esfera cível e no âmbito administrativo-disciplinar.

73. Quanto à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), marque a alternativa incorreta

- a) Os crimes de abuso de autoridade não cabem na forma culposa.
- b) O Sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade é próprio, ou seja, tem que ser agente público.
- c) A perda do cargo, mandato ou função pública, como efeito da condenação, não é um efeito automático.
- d) Excepcionalmente, o tipo de ação penal nos crimes de abuso de autoridade pode ser condicionada à representação.
- e) A suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública é uma espécie de pena restritiva de direito, conforme a lei de abuso de autoridade.

74. Com base na Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013), marque a alternativa correta:

- a) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição deverão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- b) A ação controlada requer prévia decisão judicial autorizando.
- c) A colaboração premiada não pode ser realizada na fase da execução penal.

d) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo depois de cumprir 2/3 da pena.

e) O colaborador pode fechar o acordo de colaboração premiada com o Ministério Público sem a presença do advogado.

75. Um auditor da CGE SP, se valendo da função pública, estava envolvido em uma organização criminosa voltada para as práticas de corrupção passiva. Com base na Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013), marque a alternativa correta:

- a) nesse caso a pena da organização criminosa será majorada de 1/6 a 2/3.
- b) Não incidirá nenhuma majorante.
- c) Responderá pela organização criminosa na forma qualificada,
- d) nesse caso a pena da organização criminosa será majorada de 1/3 a 2/3.
- e) nesse caso a pena da organização criminosa será majorada de 1/6 a 1/3.

76. Carlos, envolvido em uma organização criminosa, foi o primeiro a delatar o grupo e contribuir para o Ministério Público obter informações de infrações penais desconhecidas. Cabe ressaltar que esse colaborador não era o líder do grupo. Com base na Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013), marque a alternativa correta:

- a) O juiz poderá participar das negociações.
- b) O Ministério Público não poderá suspender o processo.
- c) Não terá nenhum tipo de benefício.
- d) A colaboração só pode ser prestada na fase investigativa.
- e) O Ministério Público poderá deixar de oferecer a denúncia.

77. Um indivíduo atuou como colaborador só após a sentença. Nessa situação hipotética e com base na Lei de Organização Criminosa, ele poderá ser beneficiado:

- a) com diminuição de pena até a 1/2 ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.
- b) perdão judicial.
- c) Não terá nenhum tipo de benefício.
- d) com diminuição de pena até a 1/3.
- e) com a pena de multa.

78. Um auditor da CGE SP, se valendo da função pública, estava envolvido em uma organização criminosa voltada para as práticas de lavagem de dinheiro. Com base na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), poderá ter como efeito da condenação:

- a) a interdição do exercício de cargo.
- b) não terá nenhum efeito da condenação.
- c) conseguirá permanecer no cargo.
- d) a Lei de Lavagem não traz a interdição do cargo.
- e) a Lei de Lavagem não traz efeitos da condenação.

79. Um indivíduo envolvido no crime de lavagem de capitais resolve colaborar com as autoridades. Com base na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), poderá ser beneficiado com:

- a) A pena pode ser reduzida de 1/6 a 2/3.
- b) a pena pode ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.
- c) A pena pode ser reduzida de 1/6 a 1/3.
- d) pena de multa.
- e) pena em regime fechado.

80. Um indivíduo praticou o crime de lavagem de capitais em decorrência do crime antecedente de corrupção passiva. Ocorre que este crime contra a Administração Pública acabou prescrevendo. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), marque a alternativa correta:

- a) A prescrição da corrupção passiva vai gerar a atipicidade do crime de lavagem de dinheiro.
- b) Qualquer extinção de punibilidade acarreta a atipicidade da lavagem.
- c) O crime de lavagem é autônomo e a prescrição da infração penal antecedente não gera a atipicidade do crime, ou seja, não vai influenciar em nada no crime lavagem de dinheiro.
- d) O crime de corrupção passiva não pode acarretar no crime de lavagem de dinheiro.
- e) para ocorrer a lavagem de dinheiro, necessariamente, o crime antecedente tem que ser o tráfico de drogas.

DIREITO CIVIL**Mário Godoy**

81. Sarah, após cumprir pena de reclusão pelo crime de homicídio, obteve reabilitação criminal e passou a se dedicar a atividades filantrópicas. Entretanto, diante da enorme repercussão do crime cometido, teve sua vida particular devassada em uma biografia não autorizada, onde constava detalhes do fato criminoso pelo qual havia sido condenada.

Considerada a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Sarah pode impedir a comercialização da biografia, sob o fundamento de que não autorizou a publicação.
- b) Sarah pode impedir a comercialização da biografia, sob o fundamento da tutela constitucional do seu direito à imagem e à vida privada.
- c) Sarah pode impedir a comercialização da biografia, sob o fundamento do direito ao esquecimento.
- d) Sarah pode impedir a comercialização da biografia, sob o fundamento de que já obteve reabilitação criminal.
- e) Sarah não pode impedir a comercialização da biografia.

82. Gerson, Marcos e Ana constituíram uma associação dedicada ao apoio a atividades desportivas. O estatuto da associação foi devidamente registrado no Registro de Pessoas Jurídicas. Entretanto, foi descoberto recentemente que Marcos estava desviando valores depositados na conta bancária da associação.

Considerada a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Sob pena de anulabilidade, o estatuto da associação deve conter os requisitos para a exclusão dos associados.
- b) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

c) Marcos pode ser excluído sumariamente da associação, caso o fato por ele praticado esteja previsto no estatuto como requisito para a sua exclusão.

- d) Se Ana desejar transmitir sua qualidade de associada a terceiro, poderá fazê-lo, desde que dê preferência a Gerson e Marcos.
- e) Compete privativamente à assembleia geral da associação decidir pela exclusão de Marcos.

83. Em um bazar beneficente, Ricardo ofereceu a importância de R\$ 8 mil por um fakteiro que acreditava ser de prata. A vendedora, Simone, acreditando que Ricardo desejava contribuir para o bazar, aceitou o preço oferecido e prontamente entregou-lhe o fakteiro. Em nenhum momento, foi prestada a Ricardo qualquer informação sobre a qualidade das peças, mesmo porque Simone não tinha nenhum conhecimento a esse respeito. Passados dois anos da realização do negócio, Ricardo percebeu que as peças começaram a ficar manchadas e a entortar. Consultou um especialista e descobriu que o fakteiro era feito de um metal barato.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A compra do fakteiro não pode ser anulada.
- b) A compra do fakteiro pode ser anulada por erro.
- c) A compra do fakteiro pode ser anulada por dolo.
- d) O prazo prescricional para a anulação começa a correr da descoberta do defeito.
- e) O prazo prescricional para a anulação começa a correr da realização do negócio.

84. Um ano após constituírem uma sociedade mediante a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, inscrição esta devidamente publicada, foi descoberto, pelos sócios, que havia um defeito no ato respectivo. Agora, eles pretendem anular a constituição da sociedade.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para a anulação pode ser impedido se um dos sócios se ausentar do País a serviço da União.
- b) O prazo para a anulação pode ser suspenso pendendo condição suspensiva.
- c) O prazo para a anulação pode ser interrompido em razão do protesto cambial.
- d) O prazo para anulação deixa de correr se um dos sócios for absolutamente incapaz.
- e) O prazo para anulação admite renúncia.

85. Renato é devedor de Cristina da importância de R\$ 20 mil, sendo o contrato omissivo a respeito do local do pagamento. Ao se aproximar a data do vencimento, Renato confessou a seu melhor amigo, Gustavo, que não teria condições de pagar o débito. Apiedando-se da situação, Gustavo procurou, em segredo, Cristina, e se propôs a pagar, em seu próprio nome, o valor devido.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito por Gustavo não lhe dá direito de cobrar qualquer quantia de Renato, importando em mera liberalidade.
- b) O pagamento feito por Gustavo opera sub-rogação nos direitos de Cristina, podendo ele, posteriormente, cobrar de Renato a quantia paga.
- c) O pagamento feito por Gustavo não opera sub-rogação nos direitos de Cristina, mas, mesmo assim, ele poderá exigir reembolso por parte de Renato.
- d) Se Gustavo oferecesse a Cristina um veículo 0 km avaliado em R\$ 100 mil, Cristina seria obrigada a aceitá-lo no lugar da dívida.

e) O local do pagamento é o domicílio de Cristina.

86. Lucas, aos 10 anos de idade, recebeu um imóvel que lhe foi destinado em testamento feito pelo seu avô. Devidamente representado por seu pai, Lucas celebrou com Pedro um contrato locatício tendo por objeto o imóvel em questão. Ocorre que, após vencer o primeiro aluguel, Pedro procurou Lucas pessoalmente e lhe entregou a quantia devida. De posse do dinheiro, Lucas foi à secretaria da escola e, sem o conhecimento do seu pai, adiantou a mensalidade escolar do mês seguinte.

Com relação ao pagamento feito por Pedro a Lucas, será ele considerado, à luz do Código Civil:

- a) Nulo, devendo Pedro pagar novamente.
- b) Anulável, não devendo Pedro pagar novamente, mas podendo reclamar de volta a quantia paga.
- c) Inexistente, devendo Pedro pagar novamente.
- d) Irregular, não devendo Pedro pagar novamente, mas podendo reclamar de volta a quantia paga.
- e) Válido.

87. Serafim, Carlos e Patrícia contraíram um empréstimo de R\$ 300 mil junto ao Banco Crédito Fácil. No contrato, foi prevista uma cláusula penal no valor de R\$ 30 mil caso a quantia devida não viesse a ser paga na data do vencimento. Ao vencer a dívida, Serafim e Carlos pagaram ao Banco Crédito Fácil, cada um, a importância de R\$ 100 mil. Patrícia nada pagou.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) A cláusula penal prevista no contrato tem natureza compensatória.
- b) A cláusula penal prevista no contrato não pode sofrer redução judicial.
- c) Para exigir a cláusula penal contratualmente prevista, é necessário que o Banco Crédito Fácil alegue e comprove o prejuízo sofrido.

- d) Apenas Patrícia incorrerá na cláusula penal, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- e) Serafim, Carlos e Patrícia incorrerão na cláusula penal, limitada esta, porém, a um terço do valor previsto, no caso, R\$ 10 mil.

88. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os tutores respondem por culpa *in vigilando* pelos pupilos que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) O dono do hotel responde por culpa *in custodiando* pelos seus hóspedes.
- c) O dono, ou detentor do animal, ressarcirá o dano por este causado, ainda que por culpa da vítima ou força maior.
- d) O dono do edifício responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier da falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
- e) São subsidiariamente responsáveis com os autores os coautores.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas.

90. Após resultado de auditoria foram identificadas irregularidades procedimentais no âmbito da relação jurídica formada entre a empresa X e o Governo do Estado. A empresa X, no entanto, entende que sempre atuou em conformidade ao disposto no contrato celebrado com o Estado. Diante disso, a empresa X ajuizou ação contra o Estado, tendo como única e exclusiva finalidade a obtenção de certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Se tiver ocorrido a violação do direito não será admissível ação declaratória.
- b) O estado não poderá reconvir na referida ação declaratória.
- c) Não há interesse jurídico da empresa X para o ajuizamento da referida demanda.
- d) É admissível ação declaratória, visando a obter a certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- e) O ordenamento jurídico não admite uma ação meramente declaratória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

89. O Código de Processo Civil se ocupa das normas fundamentais em seus artigos introdutórios. Sobre tais normas, analise as afirmativas a seguir.

I - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

II - As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.

III - O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

91. O juízo da Vara da Fazenda Pública prolatou sentença já transitada em julgado e desfavorável à empresa X em ação proposta pelo Município X. Mesmo que o administrador da empresa não concorde com o que restou decidido, há um princípio da jurisdição que impõe às partes a sujeição aos efeitos da decisão judicial. Trata-se do princípio da

- a) inafastabilidade.
- b) inevitabilidade.
- c) territorialidade.
- d) investidura.
- e) indelegabilidade.

92. Impetrado mandado de segurança de forma originária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), ele foi denegado, sob o argumento da inexistência de direito líquido e certo. De acordo com a Lei 12.016/2009, caso discorde do entendimento do TJ-SP, o impetrante

- a) nada poderá fazer, pois se trata de decisão irrecorrível.
- b) poderá interpor recurso especial, apenas.
- c) poderá interpor recurso extraordinário, apenas.
- d) poderá interpor recurso especial ou recurso extraordinário.
- e) poderá interpor recurso ordinário.

93. No que concerne à ação civil pública, é correto afirmar que:

- a) A ação civil pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro.
- b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- c) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.

d) Admite-se que o Ministério Público e a Defensoria Pública instaurem inquéritos civis antes da propositura de ação civil pública.

e) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, vedada igual iniciativa aos demais legitimados.

94. Pedro pretende ajuizar ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio do Município em que reside. De acordo com a Lei 4.717/1965, para ingresso em juízo

- a) Pedro deverá ter, no mínimo, 18 anos.
- b) A prova da cidadania será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- c) Pedro não poderá fazê-lo sozinho, uma vez ser incabível o ajuizamento de ação popular por uma única pessoa.
- d) Exige-se a autorização do Ministério Público.
- e) Pedro deverá ter, no mínimo, 21 anos.

95. Em determinado processo judicial, após a apresentação de réplica, o juiz passará a sanear o feito, analisando os pedidos de produção probatória feitos pelas partes. Em relação à análise das provas pelo magistrado, é correto afirmar que:

- a) Não é possível que o juiz utilize uma prova em desfavor da parte que a juntou no processo.
- b) Determinado fato, ainda que notório, dependerá de prova.
- c) É vedado ao juiz aplicar as regras de experiência comum.
- d) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- e) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

96. Considerando os aspectos processuais da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite a decretação de indisponibilidade de bens de terceiros.
- b) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento.
- c) É vedada, em qualquer hipótese, a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu
- d) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 15 (quinze) dias.
- e) Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação não caberá recurso de imediato.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

97. Durante negociação para firmar um contrato com o Poder Público, um empresário chamado Renato ofereceu uma vantagem indevida a um agente estatal com o objetivo de obter facilidades na aprovação do ajuste. À luz do Código Penal, a conduta praticada por Renato caracteriza:

- a) Corrupção passiva, já que houve oferta de vantagem ao servidor.
- b) Corrupção ativa, pois o particular ofereceu vantagem indevida ao funcionário público.
- c) Peculato, em razão de envolver interesse patrimonial da Administração.
- d) Concussão, uma vez que o servidor teria exigido a vantagem.
- e) Improbidade administrativa, infração punida apenas na esfera civil.

98. Considerando os delitos cometidos por particulares contra a Administração Pública e os crimes previstos contra a Administração da Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Se um indivíduo modifica ou falsifica um documento público com a intenção de interferir no andamento regular de um processo, ele responderá simultaneamente pelo crime de falsificação de documento e pelo crime de fraude processual, mesmo que não haja comprovação de prejuízo.
- b) O crime de “tráfico de influência” ocorre quando o particular solicita vantagem com o pretexto de influenciar na atividade de um agente público, não sendo necessário que o servidor pratique qualquer ato ilícito ou obtenha resultado concreto.
- c) A pessoa que utiliza artifício fraudulento para levar o magistrado a erro, visando obter decisão judicial favorável, comete estelionato, e não o delito de fraude processual.
- d) A denuncia caluniosa consistente em atribuir falsamente a alguém a prática de crime e é um delito contra a Administração da Justiça, punido com pena de reclusão de 2 a 8 anos, ainda que a polícia não chegue a instaurar investigação.
- e) A corrupção passiva, prevista no artigo 317 do Código Penal, é um crime que pode ser praticado apenas por particulares, cabendo ao servidor público apenas receber vantagem indevida.

99. Durante a apuração de um crime, uma pessoa que permanecia em liberdade foi chamada a depor para informar o paradeiro de seu irmão, que se encontrava foragido. No momento do depoimento, o intimado passou dados falsos à autoridade policial com a intenção de dificultar a localização do parente, chegando inclusive a indicar um endereço inexistente como sendo o atual local de residência do fugitivo.

Considerando o Código Penal e a interpretação doutrinária e jurisprudencial referente aos crimes contra a Administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta caracteriza favorecimento pessoal, porém somente seria punível se tivesse havido oferta de vantagem indevida à autoridade responsável.
- b) O agente praticou falso testemunho ao prestar declaração mentirosa perante autoridade pública.
- c) O caso se enquadra em favorecimento real, pois o indivíduo procurou ocultar bens pertencentes ao foragido.
- d) O agente incorreu no crime de favorecimento pessoal, ainda que se trate de parente próximo, uma vez que suas ações dificultaram a efetividade da lei penal.
- e) A conduta é atípica, pois o irmão consanguíneo não responde por favorecimento pessoal em nenhuma situação prevista em lei.

100. Os princípios da legalidade e da anterioridade representam garantias essenciais no Direito Penal, assegurando previsibilidade e proteção ao indivíduo frente ao poder punitivo do Estado. Considerando tais princípios, assinale a alternativa correta:

- a) A criação de novos crimes ou a fixação de penas pode ocorrer por meio de medida provisória, desde que presentes os requisitos de urgência e relevância, em conformidade com o princípio da legalidade.

- b) O princípio da anterioridade autoriza que uma lei penal mais rígida seja aplicada a fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor.
- c) O princípio da legalidade determina que não exista crime ou pena sem previsão legal anterior, admitindo, contudo, o uso da analogia para formular novos tipos penais.
- d) O princípio da anterioridade penal exige que a conduta seja tipificada como crime antes de sua prática, vedando a retroatividade de normas penais incriminadoras.
- e) Somente há crime quando definido por lei posterior ao fato. Da mesma forma, só há pena se houver cominação legal prévia.

101. Com relação aos delitos previstos na legislação que tutela as finanças públicas, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui crime determinar, permitir ou efetivar ato que gere aumento na despesa total com pessoal nos 180 dias que antecedem o término do mandato ou da legislatura.
- b) É crime ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que já tenha sido regularmente empenhada ou que ultrapasse limite fixado em lei.
- c) Configura ilícito ordenar ou autorizar a assunção de compromisso financeiro, nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato ou legislatura, quando a despesa não puder ser quitada no mesmo exercício ou, havendo saldo para o ano seguinte, não houver disponibilidade de caixa suficiente.
- d) Caracteriza crime autorizar, determinar ou realizar operação de crédito, interna ou externa, desde que exista prévia autorização do Poder Legislativo.
- e) É crime ordenar despesa amparada em medida provisória.

102. No que se refere às formas de interpretar e integrar as normas penais, assinale a alternativa correta:

- a) É possível o emprego de analogia no âmbito penal, desde que resulte em benefício ao acusado, em observância ao princípio da legalidade estrita.
- b) A norma penal somente pode ser interpretada de maneira literal, em razão do princípio da taxatividade.
- c) A interpretação voltada à finalidade da lei (teleológica) é proibida, pois extrapola o conteúdo do texto normativo.
- d) Admite-se analogia que prejudique o réu (in malam partem) em situações de crime omissivo impróprio, diante da relevância do dever violado.
- e) É permitido utilizar costumes como forma de complementar a norma penal, ainda que isso acarrete prejuízo ao acusado.

103. Sobre o instituto da desistência voluntária, assinale a alternativa correta:

- a) Pode ocorrer também nos crimes culposos.
- b) O resultado deixa de acontecer por fatores externos à vontade do agente.
- c) Admite-se a aplicação da desistência voluntária em crimes unissubstinentes.
- d) A execução é completamente realizada e, somente depois da produção do resultado, este é evitado.
- e) Trata-se de uma modalidade de tentativa em que o agente interrompe voluntariamente a execução.

104. Sobre o arrependimento posterior, assinale a alternativa correta:

- a) É admitido mesmo nos delitos cometidos com violência ou grave ameaça.
- b) Configura causa de redução de pena variando entre 1/6 e 1/3.
- c) Sua aplicação exige que o crime não tenha se consumado.
- d) Requer que o agente atue de forma espontânea ao reparar o dano ou restituir a coisa.
- e) A reparação do prejuízo deve ocorrer antes do recebimento da denúncia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

105. Acerca dos princípios do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) Não viola o princípio da presunção de inocência considerar inquéritos policiais e ações penais em curso, sem condenação definitiva, como maus antecedentes para fins de exasperação da pena-base
- b) É possível que o réu seja conduzido coercitivamente para audiência de reconhecimento pessoal, sem que isso importe violação ao princípio da vedação à autoincriminação
- c) A redistribuição de processos em razão do procedimento de especialização de varas criminais viola o princípio do Juízo Natural
- d) A atração, por continência ou conexão, do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados ofende as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal, conforme entendimento sumulado do STF
- e) O princípio da inércia é obstáculo à *emendatio libelli*

106. Determinado inquérito policial foi instaurado, *ex officio*, para apurar a prática do crime de peculato (art. 312 do CP), supostamente praticado pelo funcionário público Bernardo. No curso das investigações, e após requerimento do MP, o Juízo decretou a prisão preventiva do investigado, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar de sua instauração
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, o investigado terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este somente terá acesso aos autos após autorização judicial
- c) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, a instauração do inquérito policial não dependeria de provocação
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia de prova nova
- e) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra

107. Sobre o inquérito policial e a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O arquivamento do inquérito policial em razão da extinção da punibilidade do fato não faz coisa julgada material, de forma que será possível a retomada futura das investigações
- b) Em se tratando de crime de tráfico de pessoas em curso, a autoridade policial ou o Ministério Público poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso
- c) Apesar de não estar obrigada a deferir os pedidos de diligências formulados pelo ofendido ou pelo indiciado, a autoridade policial não poderá negar a

realização do exame de corpo de delito, nos crimes que deixam vestígios

- d) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, sem ordem de preferência
- e) O direito de queixa ou representação deve ser exercido dentro do prazo de seis meses, a contar da data do fato criminoso

108. Durante a apuração de ilícitos tributários, a Receita Federal identificou suposta prática de crime tributário por parte do contribuinte Leonardo, razão pela qual, *ex officio*, compartilhou a íntegra do procedimento administrativo com o Ministério Público, para fins criminais, sem prévia autorização judicial. Instaurada a investigação criminal, a defesa de Leonardo requereu o trancamento da investigação, por falta de justa causa, arguindo que a documentação enviada pela Receita Federal configurava prova ilícita.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Não assiste razão à defesa, pois é constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com os órgãos de persecução penal para fins criminais sem prévia autorização judicial
- b) Não assiste razão à defesa, pois não há possibilidade de trancamento do inquérito policial por falta de justa causa
- c) Assiste razão à defesa, pois o compartilhamento das informações dependeria de requerimento do MP
- d) Assiste razão à defesa, pois o compartilhamento das informações dependeria de autorização judicial prévia
- e) Assiste razão à defesa, pois é vedado o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com os órgãos de persecução penal

109. Cristiano praticou o crime de corrupção passiva (Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa), tendo sido indiciado pela autoridade policial ao final das investigações. Consta dos autos do inquérito que Cristiano permaneceu em silêncio durante seu interrogatório, bem como consta que, apesar de primário, Cristiano já foi beneficiado anteriormente (há 09 anos) com uma suspensão condicional do processo pelo crime de estelionato.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal (ANPP), é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a administração pública
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Cristiano já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo
- c) A ausência de confissão em sede policial não configura impedimento ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal
- d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao membro do MP o oferecimento da proposta e homologação do acordo
- e) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a atipicidade da conduta

110. Nos termos do Código de Processo Penal, acerca da sentença e das nulidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) A parte poderá arguir nulidade a que ela própria haja dado causa, ou para que tenha ocorrido, ou referente a formalidade cuja observância só interesse à parte contrária
- b) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa
- c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição

jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave

- d) Ao proferir sentença condenatória, deverá o Juiz fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido
- e) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada

111. Sobre o tema de provas, assinale a alternativa correta:

- a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras
- b) O silêncio é direito do réu e não constitui confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa
- c) Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos apenas até o início da audiência de instrução e julgamento
- d) Admite-se a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que assegurado o contraditório, não sendo necessário que haja identidade de partes entre os processos de origem e de destino da prova
- e) A falta de informação ao interrogando sobre o direito ao silêncio é causa de nulidade absoluta

112. Acerca da busca e apreensão, assinale a alternativa correta:

- a) Não há previsão de busca domiciliar com o objetivo de apreender pessoas vítimas de crimes
- b) A busca pessoal dispensa autorização judicial para sua realização, em qualquer situação
- c) O ingresso em domicílio para fins de execução de mandado de prisão autoriza a busca domiciliar
- d) A busca veicular, a princípio, se equipara à busca domiciliar
- e) A ausência de discriminação, no mandado de busca, do tipo de documento a ser apreendido pelos executores é irrelevante, inexistindo qualquer exigência legal de que a autorização cautelar deva detalhar o tipo de documento a ser apreendido

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

113. Marcos é fisioterapeuta e, por alguns anos, atendeu exclusivamente em consultório próprio, prestando pessoalmente os serviços a seus pacientes, com o auxílio de uma recepcionista. Nos últimos dois anos, porém, ele passou a explorar a “Clínica Reabilitar Ltda.”, constituída por ele e outro sócio, com as seguintes características: contratação de dez fisioterapeutas empregados, que atendem a maior parte dos pacientes; setor administrativo com equipe própria (financeiro, marketing, recursos humanos); utilização de softwares de gestão, plano de expansão de unidades e campanhas publicitárias contínuas. Marcos já não atende diretamente mais que 10% dos pacientes, dedicando-se à gestão da estrutura.

- a) Marcos, por ser profissional intelectual da área de saúde, jamais poderá ser considerado empresário, ainda que organize sua atividade com ampla estrutura empresarial.
- b) Marcos só será considerado empresário depois que se inscrever como empresário individual na Junta Comercial, pois o registro é condição de existência da empresa.
- c) A sociedade “Clínica Reabilitar Ltda.” exerce atividade empresária, pois a prestação de serviços de fisioterapia é desenvolvida de forma profissional e organizada, preenchendo o conceito de empresário previsto no Código Civil.
- d) A atividade explorada por Marcos é sempre simples, e a sociedade será, necessariamente, sociedade simples, porque envolve prestação de serviços de natureza científica.
- e) Marcos será considerado apenas microempreendedor individual (MEI), porque qualquer profissional liberal que constitua sociedade limitada se enquadra automaticamente nesse regime.

114. Maria é titular da farmácia “Vida Boa”, explorada há mais de 10 anos no mesmo ponto comercial, com clientela fiel e contratos duradouros com fornecedores. Decide se afastar da atividade e celebra com Pedro um contrato pelo qual lhe transfere o estoque de medicamentos; os móveis, equipamentos e computadores; o nome fantasia “Farmácia Vida Boa”; o cadastro de clientes e o ponto comercial; a posição contratual em alguns contratos com fornecedores. O imóvel em que a farmácia funciona continua de propriedade de Maria, que passa a locá-lo a Pedro por contrato de locação comercial. Um credor de Maria sustenta em juízo que não houve alienação de estabelecimento, pois o prédio onde funciona a farmácia não foi vendido, mas apenas alguns bens soltos, e, por isso, não se poderia falar em trespasso nem em estabelecimento empresarial nos termos do Código Civil. À luz dos dispositivos do Código Civil sobre estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta.

- a) O credor tem razão, pois o prédio onde se exerce a atividade integra necessariamente o estabelecimento empresarial, sendo imprescindível sua transferência para que exista alienação de estabelecimento.
- b) O estabelecimento empresarial se confunde com a própria pessoa jurídica que explora a empresa, de modo que somente com a transferência da sociedade a Pedro é que se poderia falar em alienação de estabelecimento.
- c) Houve alienação de estabelecimento, entendido como o conjunto de bens corpóreos e incorpóreos organizados para o exercício da empresa, sendo dispensável a transferência da propriedade do imóvel para caracterizar o estabelecimento.
- d) Não houve alienação de estabelecimento, porque apenas bens corpóreos podem integrar o estabelecimento empresarial, não se admitindo a inclusão de elementos incorpóreos, como clientela e nome fantasia.
- e) Só haveria alienação de estabelecimento se todos os contratos de trabalho, de fornecimento e o

prédio fossem transferidos a Pedro, o que não se verifica no caso, razão pela qual a operação não pode ser considerada trespasso.

115. A sociedade Alfa Comércio Ltda., atuante no varejo e no atacado, decide reestruturar seus negócios. Por deliberação dos sócios, Alfa transfere apenas o ramo de varejo, com seus respectivos bens, contratos e empregados, para uma nova sociedade limitada a ser constituída, chamada Beta Varejo Ltda., que passará a explorar exclusivamente essa atividade. Após a operação Alfa Comércio Ltda. continua existindo, mantendo o ramo de atacado; Beta Varejo Ltda. passa a operar o ramo de varejo, recebendo parte do patrimônio de Alfa. À luz do Código Civil, essa operação societária caracteriza:

- a) Incorporação, pois o patrimônio de Alfa foi absorvido por Beta.
- b) Fusão, pois Alfa e Beta se uniram para formar uma única sociedade.
- c) Transformação, pois Alfa apenas mudou de tipo societário.
- d) Cisão parcial, pois parte do patrimônio de Alfa foi vertida para outra sociedade, permanecendo Alfa em funcionamento.
- e) Dissolução total, pois Alfa deixou de existir com a transferência de patrimônio.

116. Três psicólogos, todos regularmente inscritos no respectivo Conselho Profissional, decidem se unir para prestar serviços de psicoterapia. Eles firmam um contrato escrito em que todos irão atuar pessoalmente no atendimento aos pacientes; não haverá contratação de outros psicólogos como empregados; os sócios dividirão despesas (aluguel, secretaria, contas) e honorários entre si, conforme participação ajustada; a atividade do grupo é exclusivamente a prestação pessoal de serviços profissionais de natureza científica; a sociedade é registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. À luz do Código Civil, essa sociedade deve ser corretamente classificada como:

- a) Sociedade empresária limitada, pois exerce atividade econômica organizada para a circulação de serviços.
- b) Sociedade simples, pois tem por objeto o exercício de profissão intelectual, com prestação pessoal de serviços pelos sócios.
- c) Sociedade em conta de participação, pois os serviços são prestados diretamente pelos sócios ostensivos.
- d) Sociedade empresária, pois qualquer atividade remunerada de prestação de serviços é considerada empresarial.
- e) Associação civil, pois não há finalidade lucrativa na prestação de serviços de psicologia.

117. João e Carla decidem abrir uma empresa de confecção de roupas. No contrato social constam, entre outras cláusulas, que o capital social é dividido em quotas, subscritas por João e Carla em proporções diferentes; cada sócio responde até o limite do valor de suas quotas, depois de integralizado o capital; a sociedade será regida, supletivamente, pelas normas da sociedade simples, caso o contrato seja omissivo; a sociedade será registrada na Junta Comercial. Com base no Código Civil, a sociedade constituída por João e Carla é corretamente classificada como:

- a) Sociedade simples, pois presta serviços ligados à criação de roupas e não há menção expressa a atividade empresária.
- b) Sociedade em conta de participação, pois a responsabilidade dos sócios é limitada e o contrato é particular.
- c) Sociedade anônima, pois há limitação de responsabilidade e registro na Junta Comercial.
- d) Sociedade em nome coletivo, pois os sócios respondem ilimitadamente pelas dívidas sociais.
- e) Sociedade limitada, pois o capital é dividido em quotas e a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das quotas.

118. Quatro investidores decidem constituir a pessoa jurídica “Alfa Tecnologia Companhia de Investimentos” para exploração de atividades lucrativas no setor de tecnologia. Do estatuto social constam as seguintes cláusulas: o capital social é dividido em ações; cada acionista responde apenas até o preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir; a denominação social contém a palavra “Companhia”; há previsão de que, no futuro, as ações possam ser negociadas no mercado de valores mobiliários; a sociedade ainda não possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em reunião, surge a dúvida sobre o tipo societário e um dos investidores afirma que, enquanto não houver registro na CVM, a sociedade não pode ser considerada sociedade anônima, sendo apenas uma sociedade comum de capital. À luz da Lei 6.404/76, assinale a alternativa correta.

- a) O investidor está correto, porque a sociedade só é sociedade anônima depois do registro na CVM.
- b) O investidor está correto, porque a negociação em bolsa é requisito para que a sociedade seja considerada anônima.
- c) O investidor está incorreto, pois, enquanto não houver registro na CVM, a sociedade não tem personalidade jurídica.
- d) O investidor está incorreto, porque, enquanto não houver registro na CVM, a sociedade será apenas uma sociedade limitada, ainda que o capital seja dividido em ações.
- e) O investidor está incorreto, pois a sociedade já é sociedade anônima, com capital dividido em ações e responsabilidade limitada ao preço de emissão, classificando-se, neste momento, como companhia fechada.

119. A sociedade Alfa Participações Ltda. possui as seguintes participações societárias, todas em sociedades empresárias brasileiras:

- 60% do capital com direito de voto da Beta Indústria Ltda.;
- 15% do capital com direito de voto da Gama Serviços S.A.;
- 5% do capital com direito de voto da Delta Comércio Ltda.

Considerando-se apenas as definições do Código Civil sobre relações entre sociedades (Capítulo VIII – Das Sociedades Coligadas, arts. 1.097 a 1.101), assinale a alternativa correta.

- a) A) Beta é sociedade controlada; Gama é sociedade coligada (ou filiada); e Delta é sociedade de simples participação, todas enquadradas como sociedades coligadas na forma da lei.
- b) B) Gama é sociedade controlada, pois a participação de Alfa supera o limite de 10% do capital com direito de voto.
- c) C) Delta é sociedade coligada ou filiada, pois qualquer participação inferior a 10% caracteriza coligação.
- d) D) Beta é sociedade coligada, porque Alfa detém mais de 10% de seu capital, sem falar em controle.
- e) E) Apenas Gama pode ser considerada sociedade coligada, pois a lei só admite coligação entre sociedades por ações.

120. A sociedade empresária Flor & Sabor Ltda., regularmente registrada na Junta Comercial, atua no ramo de confeitoraria artesanal. No ano-calendário de 2024, apurou receita bruta de R\$ 280.000,00. Ao preparar a documentação para fins de enquadramento no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006, o contador da empresa afirma:

“Como a receita bruta anual é inferior a R\$ 4.800.000,00, a Flor & Sabor Ltda. deve ser considerada empresa de pequeno porte para os fins da Lei Complementar 123.”

À luz da LC 123/2006, assinale a alternativa correta.

- a) O contador está incorreto, pois, com receita bruta anual de R\$ 280.000,00, a Flor & Sabor Ltda. é microempresa, já que a lei define microempresa como aquela que aufera receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- b) O contador está correto, pois basta a receita bruta ser inferior a R\$ 4.800.000,00 para a empresa ser considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, a critério do contribuinte.
- c) O contador está correto, pois toda empresa com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 é empresa de pequeno porte.
- d) O contador está incorreto, pois o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte depende apenas do número de empregados, e não da receita bruta anual.
- e) O contador está incorreto, pois a lei não se aplica a sociedades empresárias limitadas, mas apenas a empresários individuais.

Discursiva 1

A atividade de auditoria interna governamental, exercida pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) no Poder Executivo Estadual, possui um Referencial Técnico que estabelece princípios, conceitos e diretrizes. Esta atividade visa aumentar e proteger o valor organizacional, a partir da avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Descreva o Propósito central da atividade de auditoria interna governamental, e diferencie, com base na natureza e determinação do escopo, os Serviços de avaliação dos Serviços de consultoria.
- b) Apresente os Princípios Fundamentais para a Prática da Atividade de Auditoria Interna Governamental e, com base nos Requisitos Éticos, explique como a autonomia técnica e a objetividade devem ser asseguradas pelos auditores internos governamentais.
- c) Explique a estrutura de três linhas de defesa da gestão contempladas pela estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, detalhando as responsabilidades da Primeira Linha de Defesa, da Segunda Linha de Defesa e da Terceira Linha de Defesa.
- d) Enumere e defina os cinco Componentes dos controles internos da gestão que a avaliação deve considerar, conforme detalhado no Referencial Técnico, destacando o propósito de cada um deles.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

A Constituição Federal deu importância relevante à moralidade administrativa, incluindo-a como princípio constitucional expresso, exigindo uma atuação proba, ética e honesta da administração pública. O dispositivo de maior importância é o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece a base para a responsabilização dos atos de improbidade administrativa, prevendo consequências como a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Apresente o conceito de ato de improbidade administrativa e sua natureza. Além disso, discorra sobre o elemento subjetivo exigido para a tipificação de condutas na lei de improbidade administrativa (LIA), incluindo a tese do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.
- b) Defina agente público para os fins da lei de improbidade administrativa (LIA) e detalhe as condições de responsabilização do terceiro que induz ou concorre dolosamente para a prática do ato de improbidade. Explique, ainda, como se dá a responsabilização dos sócios, cotistas, diretores e colaboradores de Pessoa Jurídica.
- c) Apresente a classificação dos atos de improbidade administrativa previstos na lei de improbidade administrativa (LIA). Em seguida, distinga os atos que importam enriquecimento ilícito dos atos que causam lesão ao erário quanto à sua característica central e ao tipo de rol (taxativo ou exemplificativo) de condutas.
- d) Discorra sobre a aplicação das sanções de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o poder público, especificando os prazos máximos para as espécies de ato que importam enriquecimento ilícito e ato que causa lesão ao erário. Analise, adicionalmente, o prazo prescricional para a ação de aplicação das sanções da LIA.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>